

A estrutura demográfica das pessoas com deficiência no Brasil: indicadores da desigualdade, força da diferença

Demographic structure of persons with disabilities in Brazil: inequality indicators, strength of the gap

Eguimar Felício Chaveiro
Instituto de Estudos Socioambientais / Universidade Federal de Goiás - IESA/UFG
eguimar@hotmail.com

Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos
Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz –
ENSP/FIOCRUZ-RJ
elfadel@globo.com

Ana Carolina de Oliveira Marques
Universidade Estadual de Goiás – UEG/Campus Itapuranga.
carol.geografia@hotmail.com

Marielly de Souza Miranda
Instituto de Estudos Socioambientais / Universidade Federal de Goiás - IESA/UFG
mariellymiranda@outlook.com

Natália Muller de Deus
Instituto de Estudos Socioambientais / Universidade Federal de Goiás - IESA/UFG
nataliamullerdedeus@gmail.com

Resumo

As mudanças sociais de grupos emancipatórios a partir de 1960 fizeram eclodir um conjunto de ações e mobilizações contra a hegemonia do patriarcalismo; contra a discriminação social e racial; contra as guerras e contra o despotismo do modo de vida baseado na mercantilização. Essas mudanças atingiram a estrutura do saber demográfico trazendo para o seu seio o que se denominou etnodemografia. Com o objetivo de interpretar o grupo social denominado Pessoas Com Deficiência e a sua inserção espacial foi delineado este trabalho. Para a sua consecução contou-se com um arco de relações, colaborações e compartilhamento de vozes de pesquisadores, instituições e fontes. A questão-problema que incitou as reflexões é: como a interpretação da estrutura demográfica das PCD no Brasil pode elucidar os seus problemas e aclarar o sentido de suas ações.

Palavras-chave: Estrutura demográfica. Pessoa Com Deficiência. Inserção social. Etnodemografia. Desigualdade e diferença.

Abstract

Social changes of emancipatory groups from 1960 did break out a set of actions and mobilizations against the hegemony of patriarchy; against social and racial discrimination; against war and against despotism way of life based on the commodification. These changes hit the structure of knowledge demographic bringing to the center of the debate was named ethno demography. In order to interpret the social group called People with Disabilities (PWD) and their spatial integration was outlined this work. For their achievement counted on an arc of relations, collaborations and sharing voices of researchers, institutions and sources. The question-problem that prompted the discussions is how to interpret the demographic structure of the PWD in Brazil can elucidate your problems and clarify the meaning of their actions.

Keywords: Demographic structure. Person With Disabilities. Social inclusion. Ethnic demographics. Inequality and difference.

Introdução

A expressão “Pessoas Com Deficiência” exige acurada atenção: primeiramente nela está indicada o termo Pessoa. Sujeitos cegos, pessoas portadoras de síndromes variadas, os chamados cadeirantes e também trabalhadores das minas de carvão; mulheres rendeiras, mães de família; camponeses da labuta diária; operários com suor de fuligem; professores, professoras empenhados na batalha simbólica da aprendizagem e do gesto vultoso do ensinar; vendedores ambulantes e intelectuais – e toda sorte de gente são iguais nisso: são pessoas. Não convém aqui esmiuçar o conceito. Por enquanto isso basta: pessoas são sujeitos de vida, seres históricos, culturais, entes humanos, realidades universais, contudo diferenciados. Entes do mundo e de consciência de mundo; matéria fina composta de órgãos, ossos e células. Inscrição da natureza e dos afetos, da cultura, da economia. Agem em extrema correspondência com o outro, diferem-se, um dos outros, numa misteriosa singularidade.

Há como complemento de “Pessoas” o designativo “Com Deficiência”. Esse complemento indica a diferença, acentua-a e enuncia-a num grau político. Trata-se de Pessoas numa ordem igual e diferente. A lei da Pessoa Com Deficiência brasileira promulgada em 2015 cuidou de pontuar a diferença pelas modalidades de deficiência: motora/física; visual; auditiva; intelectual/mental. Poder-se-ia replicar: PCD são pessoas diferentes.

Mas há outras diferenças que participam do conteúdo dessa identidade de Pessoa. Pode-se citar as de gênero; as de raça-cor; as de classes de idade; as provenientes da distribuição por região no país; as que possuem rendimentos e as que não possuem; as que frequentam escolas e as que não frequentam; os que trabalham e os que estão enclausurados pelo olhar que lhes devotam incapacidade.

A partir de um acúmulo de pesquisas, levantamento de fontes, organização de seminários; realização de intercâmbios; reflexões teóricas por meio de projetos financiados pela FAPEG – Fundação de Apoio à Pesquisa de Goiás; CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, é que serão apresentados pontos de uma interpretação demográfica das Pessoas Com Deficiência no Brasil.

As interpretações de indicadores organizados em gráficos terão o suporte por intermédio da seguinte consideração: o avantajado número de Pessoas Com Deficiência no Brasil, sua distribuição espacial, os dramas e os desafios políticos dessa importante identidade social, requisita compreendê-la como uma categoria histórico-social. Isso posto, poder-se-ia recolocar o vislumbre teórico-metodológico: trata-se de saber as determinantes sociais e históricas do modelo social vigente que criam e implicam a vida das PCD, a partir dos quais será possível considerar o seu lugar no mundo e o mundo do qual emana para construir – viva e concretamente – o seu lugar de Pessoa. O mundo da PCD, a PCD no mundo.

No arcabouço desse trabalho interessa particularmente saber como a interpretação da estrutura demográfica das PCD no Brasil pode elucidar os seus problemas e aclarar o sentido de suas ações.

Demografia e sujeito: a Pessoa Com Deficiência em questão

Os recentes desdobramentos dos estudos demográficos e de população têm alçado e abarcado um raio temático abrangente. Especialmente os movimentos, as organizações, as lutas e as bandeiras emancipatórias que se irradiaram, em vários lugares do mundo, contrapondo-se ao machismo; à homofobia; a favor da saúde coletiva; em defesa dos direitos; contra as guerras covardes impetradas pelos países ricos sobre países pobres; às formas de domínio de poder baseadas no patrimônio, na força e na raça-cor, de 1960 para cá, qualificaram e desafiaram um ajuste de ótica desse campo de conhecimento.

Estudos de gênero, de raça-etnia; de identidades variadas especificamente de povos tradicionais; de movimentos sociais e grupos de juventude – e tantos outros – requisitaram uma conectividade ativa e interpretativa entre dados, quocientes, razões de dependência, escalas com representações, interpretações, comparações e formulações de redes de causalidades que processualizam a razão dos dados, os seus sentidos, as suas ordens.

Iniciou-se, em 1950, um percurso de mudanças históricas que rebatem e ecoam na estrutura demográfica em geral. O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – proclamou essas mudanças:

Em meio século de observação, ou seja, entre os anos de 1950 e 2000, a população do Brasil passou de 51,9 milhões para 169,8 milhões de pessoas, a esperança de vida aumentou de 43,3 para 70,4 anos; a taxa de fecundidade total reduziu em mais da metade; baixando de 6,2 para 2,4 filhos por mulher; e a taxa média geométrica de crescimento anual diminuiu de 2,99% para 1,64% ao ano. O início da segunda metade do Século XX caracterizou-se pelo declínio das taxas de mortalidade, por redução de doenças infecciosas e parasitárias devido ao surgimento dos antibióticos, e como resultado dos avanços obtidos na área do atendimento à saúde. Um outro fator que pode ser acrescido consiste na melhoria dos sistemas de saneamento básico, principalmente dos grandes centros urbanos. As taxas de natalidade permaneceram ainda elevadas, o que justificou as altas taxas de crescimento nos períodos de 1950/1960 e de 1960/1970. O processo de redução das taxas de natalidade tem início na segunda metade da década de 1960, com a introdução no País dos métodos anticonceptivos orais. Com isso, as taxas de crescimento da população começam a experimentar paulatinas reduções, uma vez que a mortalidade continua em sua trajetória declinante aliada às quedas sucessivas das taxas de fecundidade. (2016, P. 01)

Essas mudanças pontuadas coincidiam com grandes alterações políticas, a partir das quais se processavam outros sentidos políticos da enunciação do sujeito, exigindo esforços mentais, também, para a alteração de vislumbre teórico da demografia. Dentre as mudanças pode-se identificar:

- a valorização da natureza;
- valorização da vida comunitária;
- luta pela paz;
- luta para autonomia dos corpos;
- luta contra qualquer tipo de repressão;
- respeito aos grupos raciais e culturais;
- experiências com drogas psicodélicas;
- liberdade de relacionamentos amorosos e sexuais;
- aproximação de práticas religiosas orientais;
- discordância dos princípios do capitalismo;
- crítica aos meios de comunicação de massa;

- elaboração de uma cultura jovem; entre outras.

Essas mudanças reais põem em desafio o modo pelo qual as teorias de população e os enfoques demográficos analisam o sujeito. Ao observar que qualquer fenômeno de população são fenômenos sociais, Marx, no século XIX, criticava o modo abstrato pelo qual os estudos de população desenvolviam as suas reflexões:

Parece que é correto começar pelo real e pelo concreto que são a pressuposição prévia e efetiva; assim em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isto é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignoramos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. (1939, p.14).

A tarefa histórica de ultrapassar as investigações abstratas e generalizantes da tradição dos estudos de população e superar o que Moreira (1987) denomina “homem-estatística”, e o dever de atentar-se para o impulso de transformações sociais enunciadas na transição dos 1950/1960, tal como pontificadas, compeliram os estudos demográficos a aproximarem-se dos sujeitos.

Nasce desse quadro, um alargamento vertiginoso de estudos de gênero, de raça-etnia, de populações tradicionais. Desse quadro abriu-se também a oportunidade de outros grupos sociais serem afigurados e contemplados pelas pesquisas demográficas. O amadurecimento teórico desse campo de saber, aos poucos, descortinou os seus rumos: não se trata de abandonar o mapeamento estatístico ou qualquer outro método baseado na quantificação. Trata-se, pois, de incluir nas interpretações o processo social e histórico que funda a vida de qualquer sujeito. E como não há sociedade fora do espaço, nem espaço fora de qualquer sociedade, a determinação espacial passou a implicar-se nas análises como uma determinante real, concreta e totalizante.

A partir desses pressupostos e dessas considerações de ordem teórica e metodológica alinhavaram-se rudimentos, bases e formas de pesquisa direcionadas à PCD. Inicialmente, os trabalhos foram – e são – ancorados numa premissa: as PCD como um grupo de sujeitos que enuncia uma identidade, mas se diferencia entre si, possui um envolvimento com a estrutura espacial de seu tempo.

Dessa assertiva os estudos foram organizados a partir de uma problemática de ordem espacial: como as PCD traçam trajetórias socioespaciais na ordem deste tempo e desta sociedade?

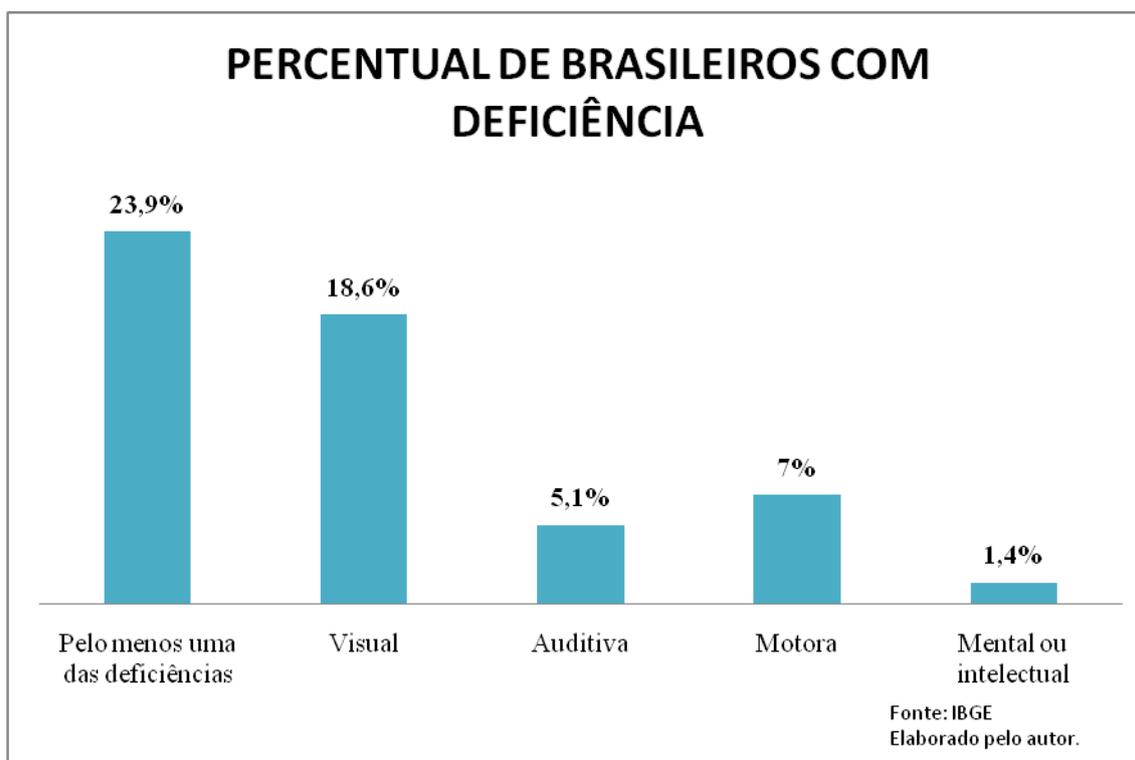
Junto a essa problemática edificou-se pontos de partida para as interpretações. Dentre esses pontos ressaltou-se que as PCD desenvolvem a sua vida como preceito fraternal, colaborativo e participativo. Daí, terem que enfrentar uma concepção de sujeito baseada num vislumbre redutor da vida.

Este regime age para transformar a “deficiência” em sinônimo de lesão corporal, mutilação, falta de propriedades físicas, insuficiência para produzir. Reduz-se a questão, no mais das vezes, a um problema de ordem biomédica deslocada de visões totalizadoras. Contra esse regime as PCD participam de um duplo conflito: o de representação feita por um olhar que lhes veem como incapazes e o de demolir os muros sociais que lhes impedem de produzir conquistas participativas.

O clareamento desse conflito ocorre com a consciência de que as suas relações espaciais se dão numa ordem produtivo-social que lê a eficiência apenas pelo critério redutor da economia. Deficiência torna-se sinônimo de sujeito improdutivo; e produtivo é sinônimo de mercantilização. Nesta conduta representacional, o predicado “deficiente” parece opor ao predicativo hegemônico “eficiente”. Eficiente é o que manobra as propriedades físicas e mentais e garante sucesso: enriquece, mesmo que para esse feito seja necessário explorar o Outro, esmagar a sua capacidade criativa, o seu dom de liberdade.

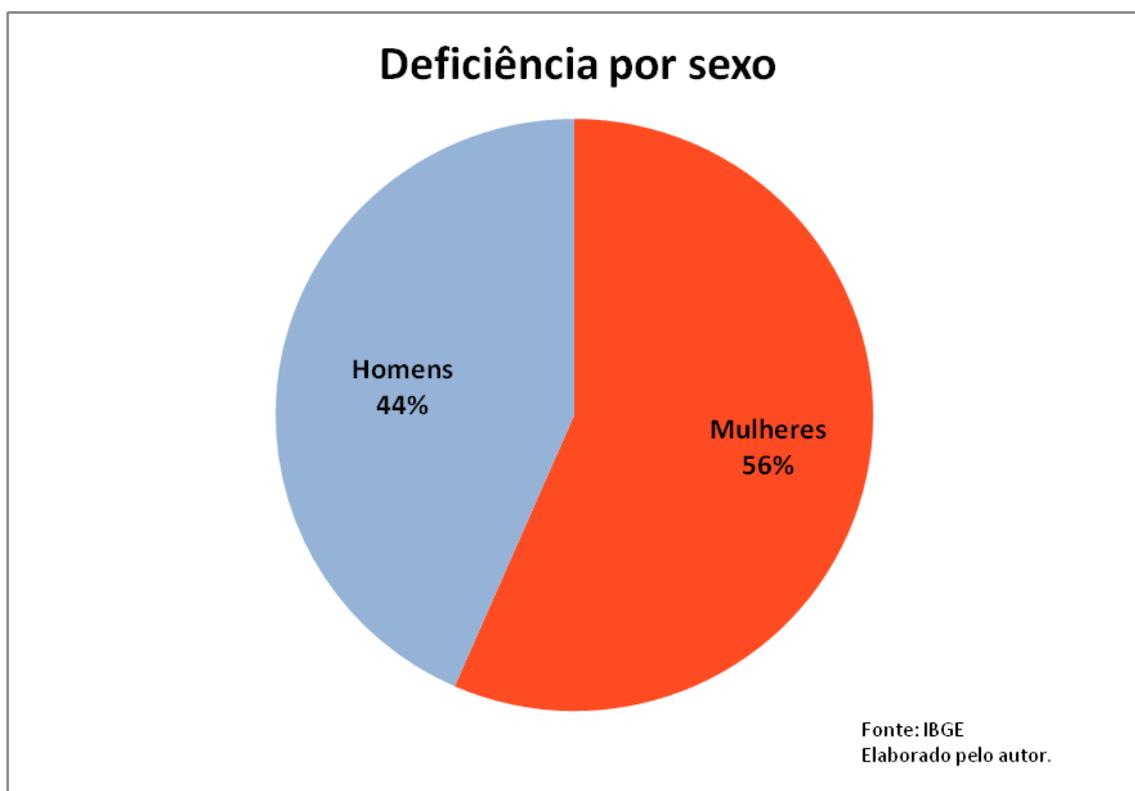
Fora da dualidade eficiência-deficiência, o que está posto é o sujeito social total, contudo diferenciado. Se é sujeito de uma sociedade concreta, suas marcas e seus percursos são gravados e instituídos pela estrutura dessa sociedade. Assim, o centro não é apenas a diferença desse sujeito, mas a desigualdade social em que é submetido. Isso é o que será visto nos gráficos.

Gráfico 1: Percentual de brasileiros com deficiência no Censo IBGE 2010.



A leitura do gráfico mostra dois aspectos iniciais: a alta porcentagem de PCD no Brasil, dados que dizem respeito à estrutura social do capitalismo contemporâneo. Problemas de acidentes de trabalho e de trânsito, assim como o crescimento de problemas emocionais assolam o sujeito contemporâneo. Segundo, mostra a diferença entre os tipos. Ressalva-se que o grupo de Pessoas com deficiência visual, em função da pesquisa do IBGE, ter sido feita por meio da autodeclaração, não permite ver as diferenças no interior da própria deficiência, por exemplo, entre os que possuem a deficiência em grau severo e outros em graus moderados.

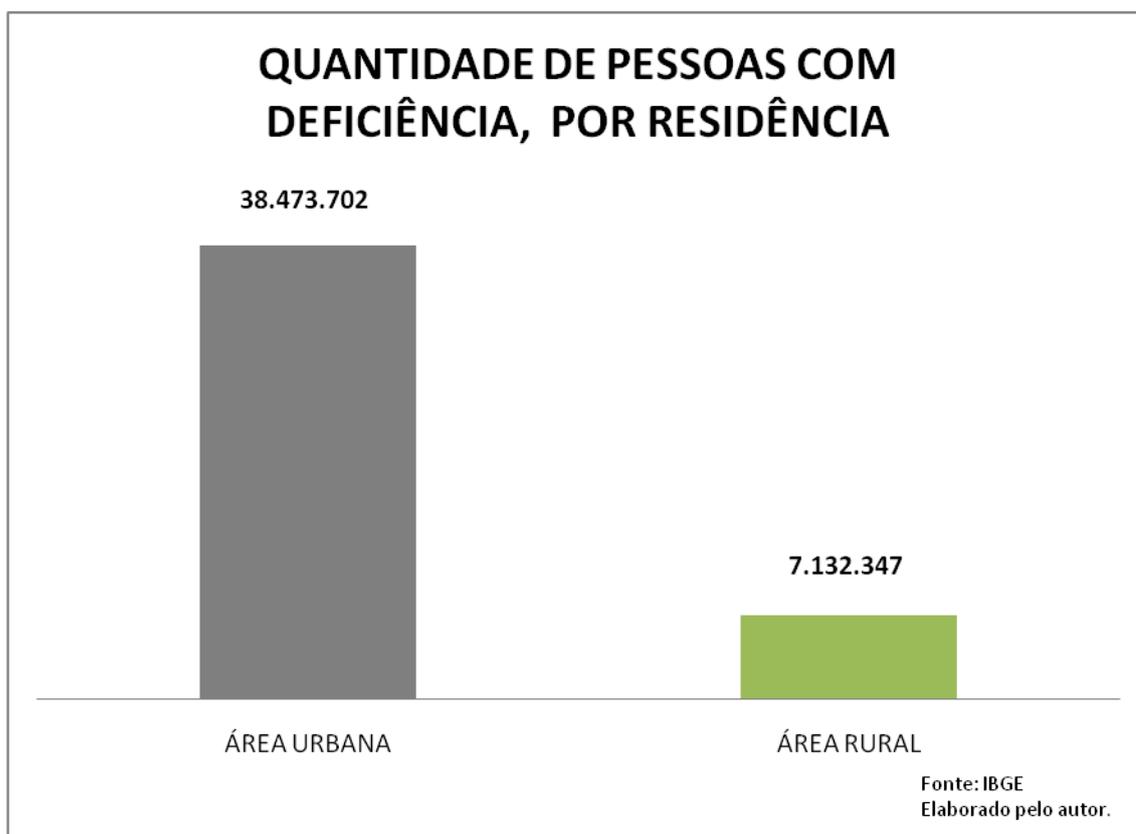
Gráfico 2: Deficiência por sexo no Censo IBGE 2010.



Ao observar a deficiência por sexo, percebe-se o que é correlato a outras estruturas, como, por exemplo, a diferença salarial. Nota-se haver uma quantidade maior de mulheres com deficiência, muitas das quais em função da violência doméstica. Essa constatação indica outro aspecto importante na leitura demográfica dos sujeitos: o denominado grupo oprimido ou o que se tem chamado de fatores de marginalização possui diferenciação advinda da estrutura histórica da constituição do país, como o patriarcalismo.

É possível ainda avaliar que as classes de determinações possuem correlações. Ora, se em toda a história o domínio econômico e político é dos homens, essa estrutura de poder e de economia rebate também na produção do corpo. E certamente afeta com mais gravidade os aspectos participativos e políticos.

Gráfico 3: Quantidade de pessoas com deficiência, por residência, no Censo IBGE 2010.

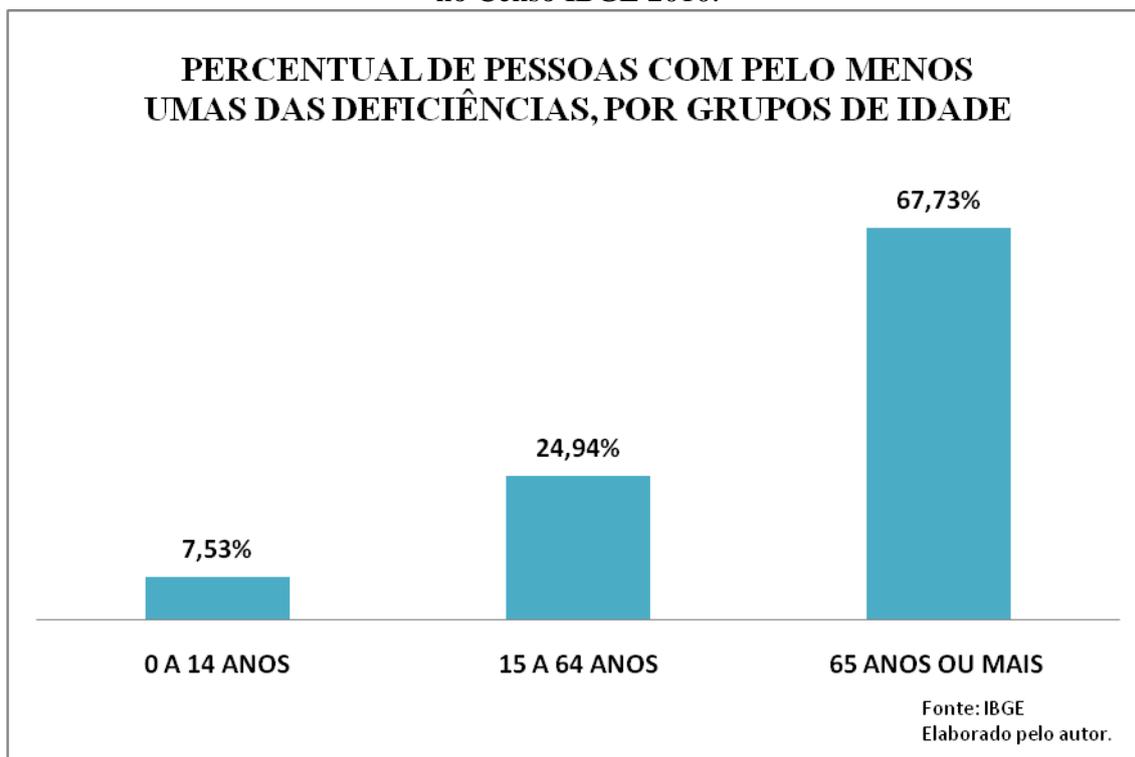


A determinação espacial aparece não apenas no modo simples de se enxergar a distribuição da população no espaço. A voluptuosa transferência de trabalhadores do campo para a cidade desde 1960, imputada pelo processo de modernização da agricultura e do território que, por sua vez, estava ancorada numa disputa geopolítica entre nações como Estados Unidos da América e Japão, gerou uma interdependência de escalas.

Verificou-se ainda que alterou o modo de vida; a organização do trabalho; a relação com o dinheiro e, especialmente, o domínio dos fluxos de trabalhadores. A imensa supremacia de PCD residindo nas cidades interpela outras fontes e as tornam essenciais, como a mobilidade.

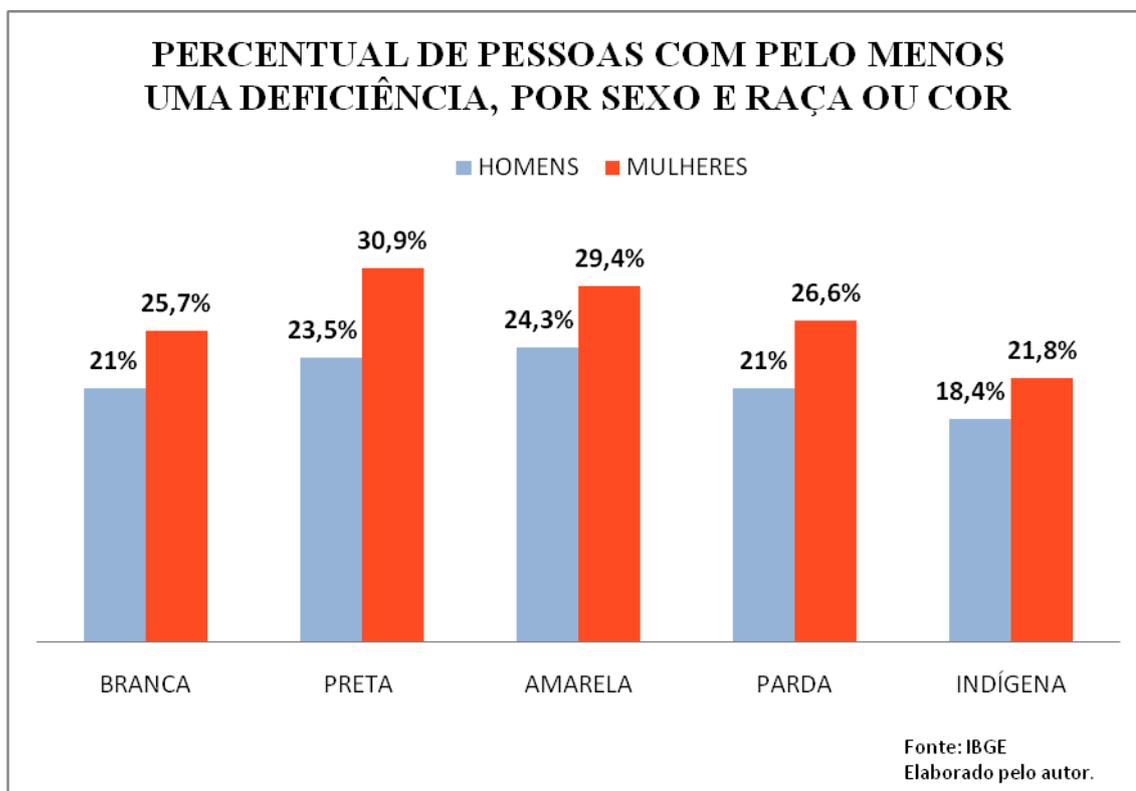
Por isso, que em pesquisa localizada a grupos menores, verificou-se que há dois problemas na vida urbana de PCD: a conquista do trabalho-emprego e a sua autonomia para a mobilidade. Além disso, entremeia-os a acessibilidade, inclusive no modo como o artefato morfológico das cidades é organizado para o veículo automotor e para o fluxo rápido.

Gráfico 3: Percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências, por grupo de idade, no Censo IBGE 2010.



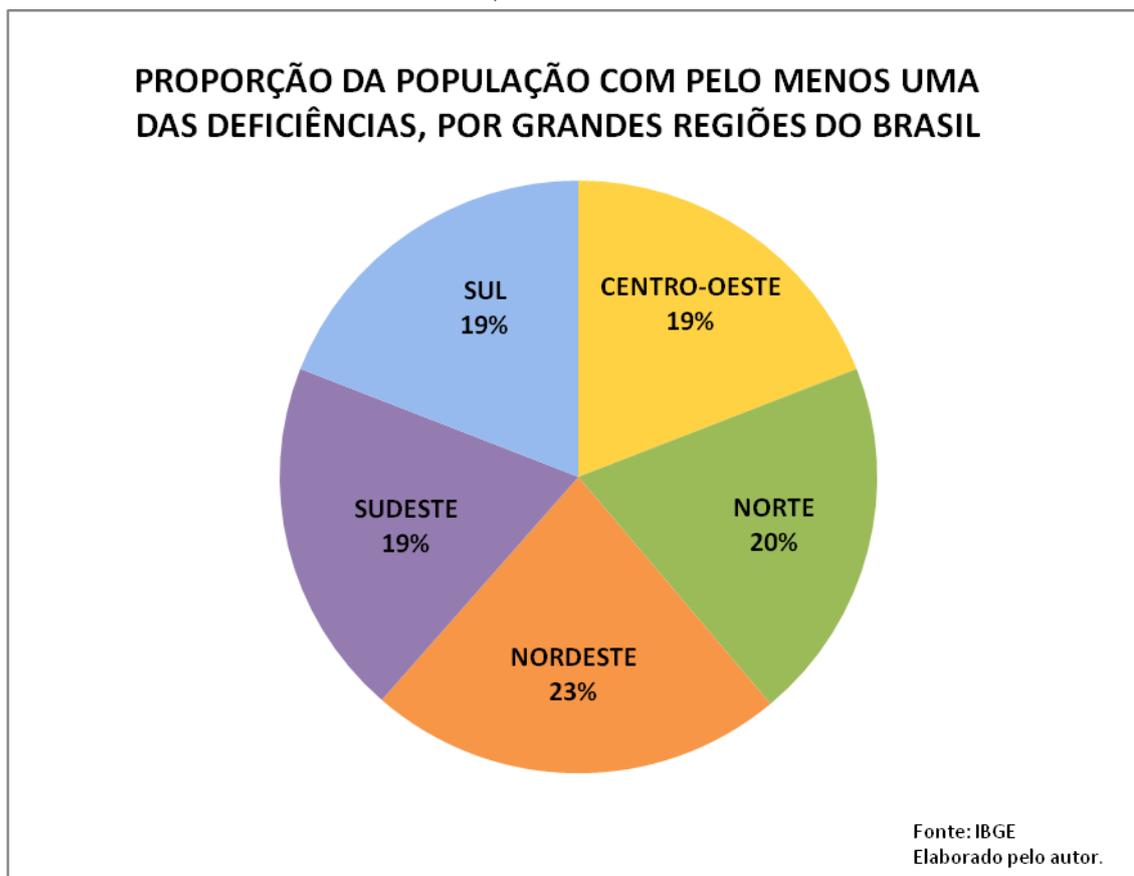
A complexidade da leitura demográfica do grupo de PCD exige um tirocínio para compreender, conforme enunciado anteriormente, a interesclaridade e a conectividade de variáveis, fatores e causas. O grupo de pessoas com 65 anos ou mais possui maior índice de membros, exatamente esse grupo que possui maior dependência de locomoção, de colaboração e de parcerias para o desenvolvimento das atividades sutis e minuciosas da vida. Contudo, o modelo produtivo-industrial-urbano-mercadológico tende a mirar o jovem como centro de suas operações sociais. Esse conflito faz ligar o corpo à inserção espacial atravessado pela sociedade competitiva.

Gráfico 4: Percentual de pessoas com pelo menos uma deficiência, por sexo e raça ou cor, no Censo IBGE 2010.



Duas categorias se interpõem: a de gênero e a de raça. A ligação dessas duas categorias mostra o grau da relação entre domínio e subordinação da sociedade brasileira: vê-se que a cor preta detém a maior quantidade de PCD e as mulheres são maioria entre a cor preta e todas as cores. A correlação proporcional e simbiótica entre gênero e raça-cor atinge não apenas a esfera desse sujeito, a PCD, mas a das classes sociais, do rendimento, da escolarização.

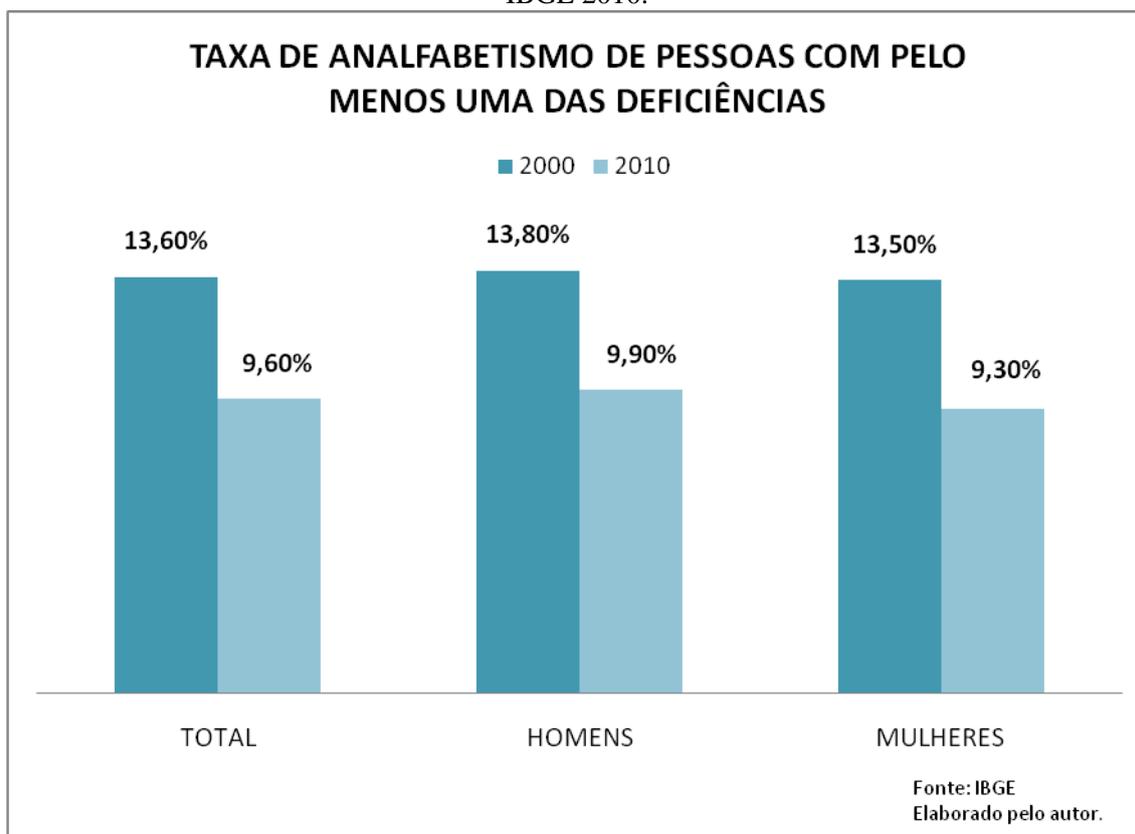
Gráfico 5: Proporção da população com pelo menos uma das deficiências, por grandes regiões do Brasil, no Censo IBGE 2010.



Ao direcionar o olhar à situação regional das PCD observa-se o atravessamento e a implicação da divisão regional do trabalho. Ao ver que as regiões nordeste e norte possuem mais membros do grupo PCD, enxerga-se que a distribuição desigual da economia no território atinge visceralmente as condições de vida das pessoas que residem nas regiões menos providas, atingindo, conseqüentemente, a severidade dos problemas do sujeito.

O chamado desenvolvimento desigual e combinado que impetrou a formação e o desenvolvimento do território brasileiro não costurou as diferenças regionais sem determinar as desigualdades entre as classes e os sujeitos. A questão regional deixa de ser apenas um recurso do crivo da distribuição da riqueza e da geração de oportunidades, mas da realização plena do sujeito.

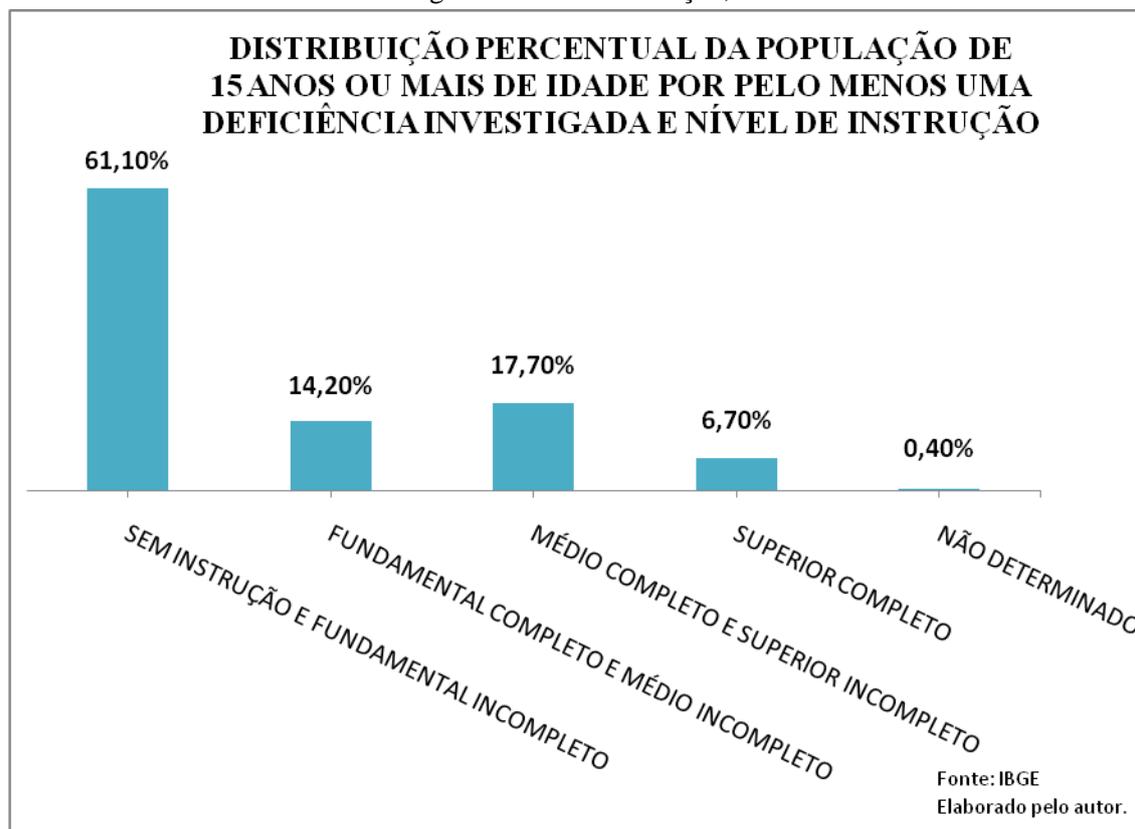
Gráfico 6: Taxa de analfabetismo de pessoas com pelo menos uma das deficiências, no Censo IBGE 2010.



Ao ler a taxa de analfabetismo constata-se que embora haja, ainda, um alto índice de analfabetos entre homens e mulheres, de 2000 para 2010 esses índices estão diminuindo. As políticas de quotas, as campanhas educativas, as organizações sociais, as associações de PCD e a abertura para uma educação inclusiva, têm alavancado os índices acenando para um caminho de conquistas neste quesito.

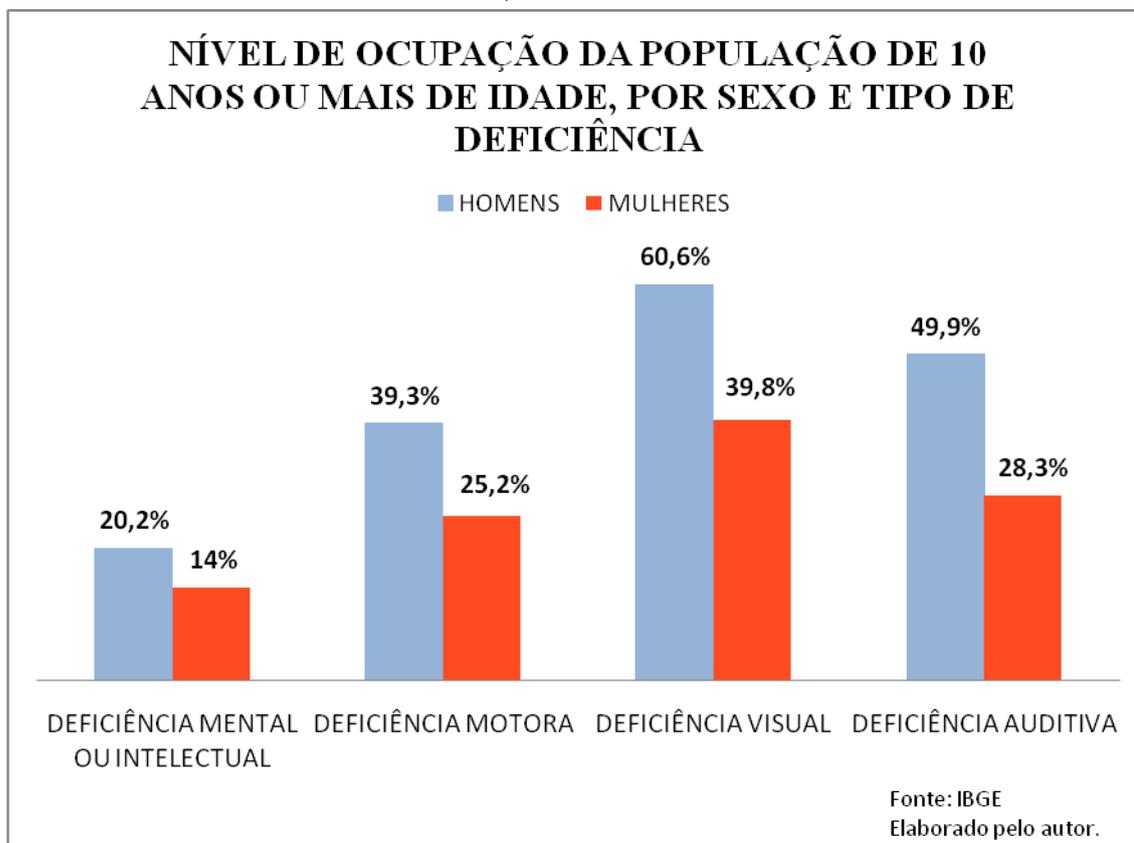
Convém compreender que a inserção na escola e a luta contra o analfabetismo é uma conquista que supõe outras, como a qualificação para o trabalho; a coragem para enunciar-se; o poder de participação; o maior laço de relações; o discernimento e o descobrimento de potências criativas.

Gráfico 7: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais de idade por pelo menos uma deficiência investigada e nível de instrução, no Censo IBGE 2010.



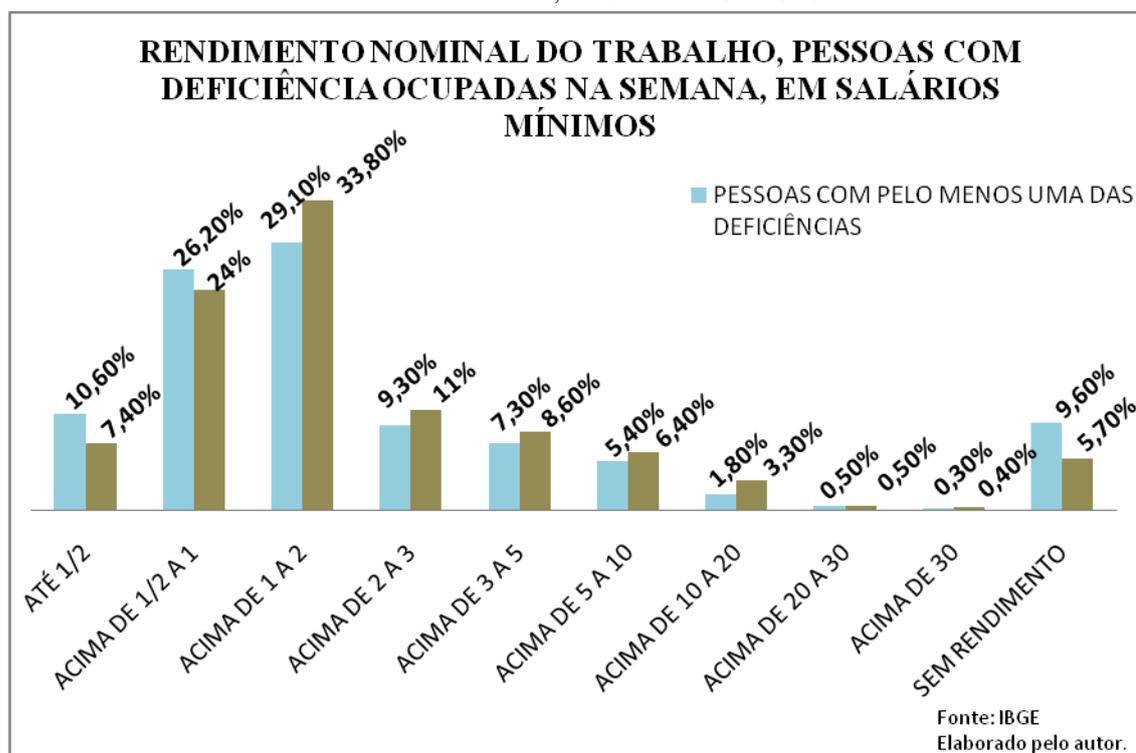
Se tem havido uma melhora nos índices que suplantam as altas taxas de analfabetismo, quando se observa os índices de PCD que possuem formação no ensino superior completa, percebe-se o grau de defasagem. A constatação é indicativa da ausência de políticas públicas educativas inclusivas, situando as PCD, em sua maioria, na condição de trabalhadores com baixo nível de escolaridade. Corrobora o atual estágio da sociedade brasileira, em que os trabalhadores, principalmente dos setores primário e secundário da economia, têm dificuldade em manter uma boa escolarização e uma boa educação.

Gráfico 8: Nível de ocupação da população de 10 anos ou mais de idade, por sexo e tipo de deficiência, no Censo IBGE 2010.



Embora existam mais mulheres no grupo de PCD, ao se tratar da ocupação há uma maioria de homens. Além disso, verifica-se que a modalidade deficiência mental e intelectual é a que tem maior dificuldade em se inserir nos postos de trabalho. O trabalho indica, também, que o modo pelo qual está organizado, atualmente, tende a criar distúrbios mentais de várias ordens. Problemas como depressão, transtorno de pânico, déficit de atenção, ansiedade, estresse e outros são resultados e desdobramentos da sociedade do desempenho que é também uma sociedade do cansaço. Pode-se dizer que é uma sociedade do adoecimento.

Gráfico 9: Rendimento nominal do trabalho, pessoas com deficiência ocupadas na semana, em salários mínimos, no Censo IBGE 2010.



Os números do rendimento nominal do trabalho mostram haver uma diferenciação de ganho entre as PCD e as que não são; e mostram que quanto mais aumenta a renda, essa diferença é maior. Cerca de 70% da população intitulada PCD ganha até 2 (dois) salários mínimos. Isso implica diretamente no enclausuramento e na sua perda de autonomia.

Essas informações demonstram a importância essencial do trabalho, não apenas no crivo da renda, mas da inserção territorial. Autores como Thomaz Júnior (2002, 2009), Antunes (2004, 2009) e outros colocam no centro a importância de se estabelecer uma correlação entre as novas estratégias produtivas do capital e o reordenamento do trabalho, levando-o a níveis de degradação e precarização.

Considerações finais

A inserção nos estudos de PCD instrui-nos a interrogar: quem legitima e com que poder há legitimidade daqueles que nomeiam o outro de deficiente? Esta interrogação condiz com o debate em torno do paradigma da inclusão. E centraliza o debate mirado à concepção de PCD. Ora, os esquemas de banimento, exílio, enclausuramento e subordinação do Outro referem-se a uma estrutura geopolítica que reduz o sujeito conforme um padrão hegemônico.

Fora das características de padrão hegemônico, a cor-raça, o gênero, a sexualidade, os vínculos religiosos, as visões de mundo, a estatura corporal, e, inclusive os modos de comportamento, tornam-se subterfúgios para a dominação. A questão central é saber: quem domina e se supõe superior desenvolve a dominação direcionada para qual sentido?

Como se viu nos indicadores apresentados, as análises estabelecidas, as trajetórias, os percursos e o lugar do mundo das PCD no Brasil são consequências de um modelo-industrial-produtivo. Classificar o outro como incapaz, representá-lo por meio de uma redução biomédica e fazê-lo acreditar que essa representação constitui-se como uma ordem natural, fundada no acaso da vida, inclinam a percepção e o tirocínio da pesquisa a enxergar o campo ideológico que, de outras maneiras, repercute também em outros estratos sociais.

Verifica-se que mais importante que as leis, registra-se o avanço da lei brasileira de inclusão da Pessoa Com Deficiência chamada também de Estatuto da Pessoa Com deficiência – Lei 13.146/2015 – no qual opera uma mutação paradigmática de garantia dos direitos; e mais importante que os direitos é criar uma consciência capaz de sensibilizar e agir junto a todos os sujeitos que lutam por conquistas sociais, autonomia e emancipação.

No caso específico do sentido da pesquisa feita com esse sujeito, não só a leitura da estrutura demográfica pode clarear os dramas desse grupo especificado neste trabalho, como o de uma categoria social e histórica. Cabe ouvi-lo e aprender as lições de sua vasta experiência, muitas vezes feitas com solidariedade silenciosa, com bondade sutil e com enfrentamentos invisibilizados.

Essas experiências repercutem espacialmente, não apenas pelo campo material da moradia, das calçadas, das áreas de lazer, dos lugares de trabalho. Mas como instâncias de vozes, de participação, de relação afetiva, de namoro, de representação também. Neste item as práticas humanas das PCD como práticas espaciais tornam-se práticas educativas. Aprendizes são os que se abrem, escutam, veem e desejam o diferente. Esse diferente é como todos, diferente – e igual.

Referências

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. **Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho? 2008.**

Disponível em:

<<http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Mesa%201%20%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>>. Acesso em: 20 setembro de 2010.

IBGE. **Tendências demográficas no período de 1950/2000.** Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf>. Acesso em: 04 de setembro de 2016.

MARX, K. **Para a crítica da Economia Política** (Coleção Os Economistas). São Paulo: Editora Abril Cultural, 1982.

MOREIRA, R. **O Discurso do avesso (para a crítica da Geografia que se ensina)**. Rio de Janeiro (RJ), Editora Dois Pontos, 1987.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por uma Geografia do Trabalho**, Presidente Prudente (SP), 2002, Revista Pegada.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos**. 2009. 500 p. Tese (livre-docência) – Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

Sobre os autores

Felício Chaveiro

Professor do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG; membro do grupo de pesquisa Cartografias Existenciais; Pós-doutorando na FIOCRUZ-RJ.

Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos

Professor da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Osvaldo Cruz – ENSP/FIOCRUZ-RJ. Pesquisador de Saúde do Trabalhador.

Ana Carolina de Oliveira Marques

Professora do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Campus Itapuranga. Faz parte do Grupo de pesquisa Cartografias Existenciais. Doutoranda em Geografia no IESA/UFG.

Marielly de Souza Miranda

Graduanda de Geografia no Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG. Faz parte do Grupo de pesquisa Cartografias Existenciais.

Natália Muller de Deus

Graduanda em Geografia no Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG. Faz parte do Grupo de pesquisa Cartografias Existenciais.

Artigo recebido em Maio de 2016.
Artigo aceito para publicação em Julho de 2016.